

O ensino de sociologia e a razão descolonial: reflexões para uma nova concepção didático pedagógica

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir acerca da crise do ensino de Sociologia no Brasil que se configura fato estrutural do ensino. É proposta uma reflexão sobre o sentido didático pedagógico do ensino da disciplina frente à retirada da mesma do ensino médio a partir da reforma educacional de 2017 e outras ações do Estado e de movimentos civis organizados contra os debates sociais na escola. Como possibilidade de diálogo apontamos o rompimento com as estruturas pós-coloniais a partir da tomada de procedimentos didáticos e pedagógicos como por exemplo: a postura de assumir a interculturalidade crítica como centro pedagógico e o rompimento com o colonialismo do poder, ser e saber a partir desta postura.

Abstract: *The aim of this article is to reflect on the crisis of the teaching of Sociology in Brazil that constitutes the structural fact of teaching. It is proposed a reflection on the pedagogical didactic sense of the teaching of the discipline before the withdrawal of the same from high school from the educational reform of 2017 and other actions of the State and civil movements organized against social debates in school. As a possibility of dialogue we point out the disruption with postcolonial structures from the taking of didactic and pedagogical procedures such as: the posture of assuming critical interculturality as a pedagogical center and the break with colonialism of power, being and knowing from Of this posture.*

Introdução

Este artigo pretende dialogar com questões que aproximam o pensamento descolonial com o ensino de Sociologia, apontando as reflexões do autor enquanto pesquisador e docente da disciplina. A Sociologia, enquanto disciplina responsável pela desnaturalização dos fenômenos sociais frente ao cenário que se configura na contemporaneidade brasileira enquanto ações do Estado para diminuir as possibilidades de construção de uma consciência histórica ou cultural dos indivíduos pela educação e ao mesmo tempo pensar uma possível nova configuração para o trato com suas teorias e procedimentos metodológicos a partir da necessidade de romper com os saberes centrais que excluem saberes de grupos subalternizados pela sociedade.

Citamos como exemplo alguns conflitos que diminuam a possibilidade de ação da disciplina de Sociologia na desnaturalização das estruturas sociais e são pontos chave de análise de reflexão sobre a disciplina: os movimentos escola sem partido que tomam força em todas os territórios do Brasil, a ação da força conservadora sobre a escola onde apontamos como exemplo mais próximo geograficamente, o prefeito de Ariquemes, cidade do Estado de Rondônia, que mandou arrancar as páginas dos livros didáticos que versavam sobre a questão de gênero e diferentes formas de família, a reforma do ensino médio que retira o caráter disciplinar da disciplina de Sociologia o que era garantido pela lei 11.684 de 2008 e atribui à mesma o caráter de saberes o que percebemos a partir de nossa prática discente, docente e enquanto pesquisador que tende a caracterizar o fim ou a precarização destes saberes nos espaços escolares.

A partir de uma reflexão assentada nas teorias decoloniais, compreendemos no ensino de Sociologia a possibilidade de discutir, junto com as demais disciplinas também retiradas do caráter disciplinar

após a reforma do ensino médio ser sancionada de 08 de fevereiro de 2017, as construções e organização do globo a partir da colonização destes espaços pela Europa, uma colonização que não se deu apenas no âmbito econômico, mas a partir deste elemento central (a exploração econômica) desenvolveu outras formas de poder sobre os não europeus, organizando o mundo em "nós e outros diacrônicos". Caberia às estas disciplinas a discussão destes elementos e a descolonização do pensamento, possibilitando à construção de uma nova visão sobre a história e a configuração atual da sociedade em que vivemos e vivem os outros.

Assim, pretendemos então realizar uma breve apresentação destas teorias e focar na construção de um pensamento sobre a Sociologia enquanto disciplina que pode permitir o diálogo com as diversas formas de conceber a estrutura social e pensar a sua mudança e se apresente como contrassenso ao postulado pelas mídias sociais e culturas hegemônicas estabelecidas nas relações de poder que desconsideram existências outras que não as consideradas "padrões", sendo a disciplina de Sociologia uma forma de diálogo.

Em outras palavras, o ensino de Sociologia pode possibilitar a construção de uma razão descolonial entre os professores, pesquisadores e estudantes que se proporem a dialogar com esta forma de perceber os tecidos sociais. Este artigo de revisão tem como método o destaque dos trajetos teóricos construídos na interpretação dos fatos vivenciados na prática formativa e profissional e comporta-se como um passo do desenvolvimento das pesquisas e reflexões sobre o campo de ensino e debate das Ciências Sociais no Brasil.

A colonialidade e suas presenças no Brasil Contemporâneo

Durante o processo de expansão marítima e ou-

Rafael Ademir Oliveira de Andrade
Graduando em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (Polo Montenegro, Rondônia), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Rondônia.

Contato:
prorafaelsocio@gmail.com

Palavras-chaves:
Formação docente, Currículo, Professor reflexivo.

Keywords:
Teacher training, Curriculum, Reflective teacher.

tras formas de contato com grupos não europeus configurou-se a primeira identidade do que é a modernidade, essencialmente marcada pela distinção entre o europeu e o não europeu, uma construção pautada no conceito de raça (QUIJANO, 2008) onde europeus brancos se estabeleceram como superiores as demais raças não europeias e não brancas. Esta razão que se inicia, podemos assim dizer, essencialmente econômica reflete-se também na construção de outras formas de colonialidade que tem a raça e a economia como ponto de partida. A distinção do que não europeu colonizador, e seus herdeiros biológicos ou culturais, e os demais compõem outras formas de colonialismo, do poder, do ser e do saber.

Assim, o colonialismo e sua herança, o pós-colonialismo, se estabelecem em esferas distintas que se comunicam como um organismo para a manutenção do *status quo*. O colonialismo do poder representa a manutenção das elites coloniais no poder a partir da reprodução das estruturas organizadas desde o período de ocupação dos territórios das Américas, África, Ásia e Oceania.

As estruturas de poder antes ocupadas pelo colonizador europeu agora se ocupam pelos latinos brancos/ricos/homens que se sobrepõem essencialmente aos latinos que não estão nestas categorias. Vemos pelo poder do Estado brasileiro após golpe de 2016 que esta estrutura se manifesta pela sobreposição dos interesses de elites conservadoras, ruralistas, empresariais e políticas sobre os interesses da população que em sua maioria não se encaixa neste processo.

O colonialismo do saber se configura ao passo que na construção desta estrutura de poder os saberes, ciências, filosofias, literaturas, religiões, dentre outros, eram considerados como inferiores ou “não saberes” ao passo que eram produzidos por uma raça ou classe inferior, incapaz, com necessidade de ser catequizada ou “protegida” pela classe ou raça superior, essencialmente o europeu branco, herdeiro do saber grego e romano clássico.

Podemos apontar diversos exemplos deste colonialismo do saber, mas ficaremos nestes evidentes fatos do campo científico: o filósofo alemão Immanuel Kant (2012) afirmava que o objetivo do pensamento filosófico era chegar ao “idealismo alemão”, o ápice da filosofia. Na Londres do século XIX o livro “*A Riqueza das Nações*” de Adam Smith apresentava o processo de urbanização e industrialização a partir do olhar do homem branco, empresário e da lógica do mercado livre e do trabalho como fontes para o desenvolvimento ao passo que o africano liberto Ottobah Cugoano escrevia o livro “*Pensamentos e Sentimentos sobre a Maldade da Escravidão*” onde o mesmo disserta sobre a riqueza adquirida a partir do sofrimento do povo negro escravizado (MIGNOLO, 2008).

Pensemos então para a lógica do texto: Qual destes livros é usado para enriquecer a fala sobre a modernidade e o desenvolvimento do capitalismo mundial? Ao passo que Adam Smith configura-se como uma das mais citadas fontes dos cursos de Economia, nosso saber pautado na lógica colonial ignora a fala de Cugoano. No Brasil, além dos exem-

plos citados que se encaixam sim em nosso contexto, podemos falar sobre as experiências e saberes dos povos indígenas retirados de suas características históricas pelo serviço do Serviço de Proteção ao Índio durante a ditadura militar (CASSUPÁ, 2000) e as outras formas de espaços e ensino sobre a cultura dos negros, indígenas, dos direitos humanos e outras falas caracterizadas como “doutrinação esquerdista” pelos formadores do “movimento escola sem partido”.

Já a colonialidade do ser refere-se diretamente ao posicionamento inferior que algumas formas de viver ocupam na estrutura social graças à organização que vivemos atualmente e enquanto reflexo das estruturas históricas de ocupação do Brasil (MIGNOLO, 2007). Se nos processos de ocupação e exploração do Brasil negros, indígenas e os “mestiços não brancos” eram relegados a ocupar espaços não privilegiados na organização da colônia e isso representava que mulheres e estas raças escravizadas tinham formas de existir inferiores aos dos homens desbravadores e empreendedores de uma nova economia, um novo país.

Como herança deste processo mulheres, negros, pobres, homoafetivos, moradores de periferia, indígenas, moradores da zona rural, movimentos sociais, famílias “não tradicionais” e outras formas de vida que não representam o pensamento conservador ocupam uma categoria inferior na “importância do ser” para o brasileiro médio.

O movimento conservador, que tem partido e candidatos e uma grande aceitação nas redes sociais (citando por exemplo a criação do PACO – Partido Conservador do Brasil e do Partido Militar do Brasil, formado amplamente por civis), representa essencialmente a busca pelo padrão colonialista de ser: heteronormatividade, “família tradicional”, religião judaico-cristã com pontes para o protestantismo, empreendedorismo, meritocracia, idolatria ao modelo norte americano de sociedade e economia, posição do homem enquanto “Alfa”, ou seja, superior e machista, dentre outros elementos que estão presentes nas redes sociais e na vida cotidiana dos grupos excluídos. Surge de membros assumidos do movimento conservador e liberal a defesa de projetos como escola sem partido, fim do ensino de Sociologia, Filosofia e História, defesa da reforma de previdência, dentre outras pautas do governo pós golpe de Estado.

O intuito social e histórico desta colonialidade do ser é a desumanização dos seres humanos e a construção de um mundo não híbrido, com buscas de uma homogeneidade pautada nos interesses da elite neoliberal do que Quijano (2008) chama de capitalismo mundial. A partir desta lógica podemos matar da transexual Cearense Dandara dos Santos no dia 15 de fevereiro de 2017 à pauladas, tiros e espancamento, podemos prender pessoas no poste, podemos comemorar a morte do inimigo político com champanhe e ao mesmo tempo sermos considerados “homens de bem”. A partir destes exemplos podemos perceber a proximidade da teoria com a infeliz realidade dos brasileiros.

Assim, não nos aprofundamos demasiadamente no contexto colonial e pós-colonial mas esta-

beleceamos Anibal Quijano (2008) e Walter Mignolo (2007; 2008) como pontes salutares para a leitura deste fundamento epistemológico. Realizamos uma descrição das formas coloniais e suas heranças no Brasil contemporâneo a partir do colonialismo do poder, do saber e do ser como formas principais desta herança, sendo estes conceitos dos autores já referenciados.

Salientamos que o diálogo entre a teoria colonial com o ensino de Sociologia se estabelece no pensamento pós-colonial no que tange à “descolonização do pensamento” (BALLESTRIN, 2013), ou seja, de estabelecer formas de mentalidade que possam criticar ou mesmo negar as estruturas que herdamos do período colonial. O ensino de Sociologia se posiciona no contexto do giro decolonial, e suas pedagogias, ao passo que possibilita romper com estas estruturas históricas herdadas, como debatidas neste ponto do artigo ou em outras manifestações. Assim, buscamos estabelecer a necessidade de uma reflexão sobre o ensino de Sociologia, e outras ciências humanas, neste contexto.

Na próxima seção do artigo pretende-se estabelecer o ensino de Sociologia como forma de propor uma razão descolonial a partir da educação intercultural e crítica dos processos sociais contemporâneos do Brasil.

Ensino de Sociologia e a razão descolonial: Diálogos e proposições

Segundo Florestan Fernandes (1976) o ensino de Sociologia oscila ao saber dos “ventos ideológicos”, ou seja, de acordo com os interesses ideológicos do Estado a mesma pode se fazer presente ou ausente dos currículos da educação básica, a disciplina tende a estar presente nos períodos democráticos e ausentes nos períodos autoritários e isto representa, em termos da história do Ensino de Sociologia, que vivemos um tempo de falsa democracia pela falta de diálogo com as entidades de base da educação e a aprovação do fim da disciplina no ensino médio, Moraes (2011) concorda com Fernandes ao afirmar que a presença da disciplina e da autonomia da ciência está ligada ao contexto ideológico, presente nos períodos democráticos e em períodos autoritários, ausente.

Até o ano de 201 a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação de 1996 e a Lei 11.648 de 2008 regimentavam a presença do ensino de Sociologia em todo território nacional, assim como os documentos Parâmetros Curriculares de 1999 e as Orientações Curriculares de 2006 já traziam discussões, mesmo que em segundo plano, sobre a presença da disciplina e a discussão com professores e pesquisadores para a consolidação de uma Sociologia na educação básica.

Os Parâmetros Curriculares para o ensino de Sociologia afirmam que o objetivo destes conteúdo é o exercício da cidadania e instrumentalizar o aluno para a decodificação da complexa realidade social (BRASIL, 1999), mas elencar conhecimentos teóricos não é o suficiente, deve existir maior união entre a teoria e a vida dos educandos, principalmente no que diz questão à sua vida política, mas este docu-

mento em específico não auxilia nessa ação. Mesmo com estas críticas, foram os Parâmetros que auxiliaram na luta pela obrigatoriedade da disciplina que atingiu os cursos de ensino superior (FEIJÓ, 2012).

Para a Sociologia, as Orientações Curriculares Nacionais (2006), o currículo da disciplina deve ser construído a partir do debate com os professores, pesquisadores associados aos sindicatos, organizações e eventos da área e serviram como uma base para o professor, não como algo fechado. Apresenta um histórico da disciplina e sua intermitência e aspectos da dificuldade de formação de um corpo especializado de professores.

Apontam ainda as Orientações (2006) a necessidade da Sociologia como disciplina autônoma, com temas, teorias e conteúdos articulados, visando apontar os conhecimentos sociológicos de forma mais próxima do educando. As lutas dos professores e pesquisadores das Ciências Sociais levaram a obrigatoriedade da disciplina no ano de 2008, pela Lei 11.684 de 02 de junho. Esta luta ainda ocorre no intuito de resistir ao fim da disciplina e seu posicionamento enquanto saberes na reforma educacional iniciada em 2016 e homologada no ano de 2017.

Como conclusão desta reflexão, podemos afirmar que no sentido legal, a Sociologia tem caminhado para a estabilidade e possibilidade de maior intervenção na sociedade. Entretanto, as condições de trabalho do professor, tanto na questão estrutural quanto salarial, incide diretamente sobre o ensino de Sociologia, além do controle executado pelas secretarias e diretorias de ensino. Existe uma dicotomia entre a crítica e desnaturalização da sociedade e a prática em sala de aula e a diminuição deste espaço consiste em olhar para a formação docente, para as políticas públicas para o ensino de Sociologia e para as condições de classe do professor.

Entretanto, mesmo antes da retirada da obrigatoriedade da disciplina e a transformação em saberes de ciências humana pela reforma do ensino médio homologada em 2017, o ensino de Sociologia no ensino médio já apresentava dificuldades como a sua ausência estrutural, atuação de professores não formados na área, uso como complementação de hora-aula, não contratação de professores para esta cadeira, dentre outras apontadas na dissertação de mestrado em educação redigida pelo autor em 2014.¹

Nossa intenção, neste trabalho não é dissertar sobre a história do ensino de Sociologia, apesar de já ressaltarmos esta importância em trabalhos anteriores. A questão central é pensar a possibilidade desta disciplina enquanto elemento de desconstrução da razão colonial a partir de alguns pontos teóricos, didáticos e de percepção do docente da disciplina descritos abaixo.

O primeiro ponto que colocamos como hipótese para testar essa possibilidade diz respeito ao próprio objeto e método das Sociologia enquanto ciência, não como disciplina. Seu objeto são as relações/fatos/tipos sociais (de acordo com sua interpretação) e por uma questão de método se faz necessário “estranhar” as noções arraigadas sobre estes processos sociais (MARIOSIA, 2007), isto nos diz que em seu próprio elemento de construção científica

1 Dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Rondônia, disponível em <<http://www.mestradoeducacao.unir.br/?pag=submenu&id=990&titulo=2014>>.

a Sociologia orienta-se por desnaturalizar as relações que para o não estudioso metódico destes processos são naturais. Em consequência deste olhar científico o ensino de Sociologia é também orientado pela desnaturalização das relações sociais no diálogo com as teorias, exemplos práticos de docentes e discentes, nas práticas e outros elementos didático-metodológicos.

O professor Amaury Moraes (2011) debate a possibilidade do conhecimento e intervenção possibilitado pelo ensino de Sociologia em suas metodologias e conteúdos e por isso é compreendido como forma de ataque aos poderes hegemônicos estabelecidos. Sobre estes poderes estabelecidos podemos afirmar a partir da luta de classes e intervenção neoliberal na sociedade brasileira e/ou a partir da lógica de dominação colonial estabelecida pela noção de raça ou outras categorias subalternas.

Assim, pautada nas epistemologias do Sul e no olhar para estes outros saberes, poderes e existências que as teorias descoloniais apontam como pauta dos pensadores sociais junto à própria sociedade excluída ou não, a Sociologia e seu ensino podem contribuir para o debate não binário da sociedade, não pautado nas orientações do poder. É por este motivo que as pesquisas e pautas de ensino da Sociologia, que dialogam com os marginalizados culturais ou econômicos, são rejeitadas pelo movimento conservador que se organiza, mais uma vez afirmamos a partir das redes sociais, são excluídas das pautas do poder atual.

Neste diálogo entre Sociologia, seu ensino e as propostas da teoria descolonial a busca pela razão descolonialista é o que temos enquanto proposta neste artigo. Uma proposta ética política, epistemológica e pedagógica para seu ensino na educação básica e com repercussões no ensino superior, formação de professores e pesquisas em Sociologia da Educação.

Dando estrutura à proposta acima, pensa-se o ensino de Sociologia a partir de alguns pontos teórico-didáticos:

- 1) Revisitar o pensamento sobre a alteridade moderna brasileira que se constitui atualmente como práxis racional da violência, ou seja, debater os posicionamentos sociais contemporâneos que legitimam a violência contra este outro subalternizado pela organização pós-colonial da sociedade e também ter como objetos de estudo elementos que antes eram obras humanas relegadas à desumanização.
- 2) Articular o diálogo com os conhecimentos produzidos às bordas da globalização hegemônica ao mesmo passo que não negam os conhecimentos produzidos "no centro", mas contextualizar teorias e categorias explicativas da sociedade brasileira portando estas epistemologias em pé de igualdade. Não é negar os conhecimentos e fundamentos de Karl Marx e sua teoria marxiana, por exemplo, mas pensar estes conhecimentos dentro do espaço brasileiro e em contato com autores pós-coloniais e saberes antes rejeitados na construção de uma nova teoria social brasileira a partir desta alternativa epistemológica.
- 3) Debater as manifestações do neocolonialismo es-

pecialmente na divisão internacional do trabalho que ainda divide de forma desigual os bens deste trabalho a partir da lógica da globalização liberal.

4) Refletir, dentro do contexto econômico, geográfico, histórico e político a questão da raça, do gênero, das etnias e de outras formas de sujeição de corpos e saberes à uma lógica de dominação e suas interlocações (WALSH, 2015).

5) Partir de uma Sociologia das ausências (SANTOS, 2004) para análise da sociedade, para que se possa perceber o não existente, o ainda não existindo, porém real e aproximar presente/futuro e dialogar com a construção de uma nova sociedade a partir da voz e presença de todos, superando a lógica excludente.

6) Compreender a necessidade de uma transmodernidade (DUSSEL, 1993), o rompimento com a lógica de que é a Europa a construtora da modernidade e de todos os saberes inerentes e positivamente provenientes desta forma de organização e a possibilidade de outros espaços de construção da modernidade enquanto compreensão cultural e científica do mundo. Esta compreensão pode ser o fomento do desenvolvimento de pesquisas, práticas didáticas não eurocêntricas.

7) Ser, enquanto professor e pesquisador, interlocutor de saberes científicos e não científicos, é dialogar com extratos subalternizados da sociedade e não se portar como único interlocutor do conhecimento, mas trazê-los para o espaço de fala dentro e fora da sala de aula, construindo a percepção das desigualdades e construção da igualdade a partir da fala destes excluídos.

Uma das ideias fundamentais é construir o que Catherine Walsh (2009; 2011) pensa enquanto uma educação interculturalista crítica. O ponto fundamental desta pedagogia aplicada ao ensino de Sociologia é dialogar com o pensamento outro enquanto perspectiva educacional, ou seja, pensar os saberes e existências subalternizadas na construção da história do Brasil e mesmo dos espaços das Ciências Sociais em sala de aula, não abandonando os diálogos da chamada Sociologia Clássica, mas trazendo autores que produzem saber à margem dos centros acadêmicos para o diálogo.

Essa relação de diálogo no ensino de Sociologia se torna fundamental ao pensarmos que os indivíduos considerados "fora" do processo civilizatório são, cotidianamente no Brasil e na Amazônia, considerados "incapazes ou preguiçosos" de/para aprender ou produzir conhecimentos. Logo, pensar a existência do outro e o processo de humanização daqueles que não são considerados humanos e por este motivo não podem produzir conhecimento de "bom uso" em sala de aula torna-se uma reviravolta pedagógica no ensino de Sociologia.

A intenção desta nova concepção, descolonial e intercultural, para o ensino de Sociologia é pensar uma nova visão sobre o outro a partir da valorização de elementos antes obscuros e excluídos dos debates e do cânone acadêmico, envolvendo professores, alunos, agentes educacionais e pesquisadores neste processo de transformação da própria mentalidade, que tende a naturalizar as desigualdades das rela-

ções sociais.

Algumas das propostas que se apontam a partir de um ensino de sociologia para a interculturalidade passa pela criação de um processo dinâmico de relação, comunicação e aprendizagem entre as diferentes culturas em condições de respeito, legitimidade, simetria e igualdade, o intercâmbio constante entre pessoas, conhecimentos, saberes práticas culturais diferentes que neste diálogo de diferenças tendem a estabelecer novos sentidos entre elas, o reconhecimento das desigualdades sociais e não o ocultamento dos mesmos e a criação de novos laços de solidariedade, laços estes destruídos pela organização social contemporânea, especialmente quando pensamos o estado brasileiro e sua reação violenta aos outros em organização civil.

Com relação à formação docente o ensino que se pauta nestes conceitos requer uma descentralização do professor enquanto “tradutor de uma cultura superior que abençoa os não sabedores”. É imperativo que o professor se estabeleça em uma tríade de conhecimentos construídos entre ele mesmo, discentes e outros setores da sociedade, essencialmente aqueles silenciados pela lógica da “cultura superior” que outrora defendia-se enquanto única forma de saber/ser no mundo ou na compreensão deste, valorizando estes conhecimentos outros e dialogando-os com teorias produzidas pelos clássicos ou contemporâneos de todas as correntes epistemológicas, inclusive africanas ou latinas, por exemplo.

Nesta lógica torna-se importante revisitar os procedimentos de formação do professor de Sociologia e também dos objetivos da disciplina em si que não podem mais se fechar apenas no “elucidar os fatos sociais” ou “preparar para a cidadania” como previam os documentos, agora alterados pela reforma do ensino médio.

Conclusão: “Sociologia já” e seus possíveis caminhos

A escrita deste artigo se configura no momento da exclusão, ou melhor, de uma nova exclusão ou retirada de fato da Sociologia enquanto disciplina dos currículos do ensino médio. O que se posiciona enquanto fato histórico é a necessidade de reflexão sobre nossas formas de pensar o próprio ato de ensinar Sociologia para uma sociedade que a rejeita em seus fundamentos, práticas e objetivos, externando essa rejeição de muitas formas, enquanto apoio à retirada da mesma, enquanto manutenção do poder advindo de um golpe de Estado, pela precarização da disciplina pela própria classe docente, geralmente os não cientistas sociais, pelas acusações organizadas de doutrinação política e partidária, dentre outras.

Também devemos assumir “nossa culpa” enquanto pesquisadores, estudantes e professores de Ciências Sociais pelo distanciamento teórico e metodológico que este ensino tomou dos movimentos de resistência social e suas falas e torna-se necessário pensar que neste momento de exclusão o ensino de Sociologia vá se refugiar justamente nos movimentos sociais excluídos com quem devemos a partir de agora tratar diálogos para pensar outras

formas de sociedade à partir da educação e à partir das pautas destes movimentos.

Apesar de que este posicionamento aponte para uma retirada do cânone acadêmico da Sociologia e do seu ensino não podemos deixar de pensar que há uma necessidade apontada pelo fato que devemos nos alterar após profunda reflexão.

Apesar da analogia personalista, não podemos esquecer de dois momentos da Antropologia pautadas na fala de Clifford Geertz (2008) em sua interpretação densa das culturas: Há uma necessidade, inclusive de interesse, que as ciências se renovem na busca constante de seus objetivos e na Antropologia, com o chamado “fim do outro” foi preciso olhar para “si mesma” e rever seus limites epistemológicos e metodológicos. Aponto então que cabe agora aos cientistas sociais preocupados com o ensino de Sociologia pensar alternativas outras para esta questão.

Enquanto estudante e professor de Sociologia e Ciências da Educação existe uma militância a favor da manutenção da Sociologia enquanto disciplina e apesar do trato antidemocrático do governo Michel Temer ainda acreditamos na possibilidade da existência destes debates na educação básica e também não parte-se do pressuposto que havia uma “democracia plena” no que tange ao acesso e permanência do ensino de Sociologia, na verdade nossa pesquisa afirma justamente o contrário no que tange à permanência e desenvolvimento do ensino de Sociologia e formação de professores, mas sua retirada do currículo enquanto disciplina tende a representar a precarização de políticas de formação e discussão sobre a Sociologia na escola. O que não exclui nossa necessidade de diálogo para a construção de novas perspectivas para o ensino de Sociologia. Este texto é uma proposta advinda de um professor e estudante da área e objetiva levar a reflexão dentro de uma linha de raciocínio sobre este tema.

Definimos aqui alguns pontos para um diálogo mais efetivo entre Sociologia, seu ensino e pesquisa e a construção de uma razão descolonial, de um pensamento que objetive romper com as estruturas coloniais que ainda agem sobre os indivíduos na razão econômica, na construção dos saberes e do respeito às diferentes formas de vida. Esse pensamento é englobante, mas não globalizante, busca englobar em sala de aula elementos específicos dos espaços e das diferentes religiões, sexualidades, ideologias e campos teóricos para uma igualdade de validades.

Frente às crises é preciso se reinventar radicalmente e com bases móveis. Este artigo é a narrativa teórica de uma reconstrução por parte do autor em seu olhar para a Sociologia e seu ensino em todos os níveis.

Referências Bibliográficas

- BALLESTRIN, Luciana. (2013). "América Latina e o giro decolonial". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 2, 89-117.
- BRASIL. (1999). "Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Ciências Humanas e Suas Tecnologias". Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (2006). "Orientações Curriculares Nacionais." Brasília: Ministério da Educação.
- CASSUPÁ, Clóvis. (2000). "A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá". In: M. N. Maciel, *Narrativas do Povo Cassupá*. Monografia, Porto Velho, Departamento de História.
- DUSSEL, Enrique. (1993). "1492: O encobrimento do outro: A Origem do Mito da Modernidade." Petrópolis, Vozes.
- FEIJÓ, Fernanda. (2012). "O Lugar da Sociologia nas Políticas Públicas para a Educação Básica". III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR, São Carlos.
- FERNANDES, Estevão Rafael. (2014). "Ensino de Filosofia e cultura amazônica. Uma apologia aos saberes periféricos". In: L. F. Danner (Org.), *Ensino de Filosofia e Interdisciplinaridade*. Porto Alegre, Editora Fi.
- FERNANDES, Florestan. (1976). "A Sociologia no Brasil: Contribuição para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento". Petrópolis, Vozes.
- GEERTZ, Clifford. (2008). "A Interpretação das Culturas". Rio de Janeiro, LTC.
- KANT, Immanuel (2012). "Crítica da Razão Pura". Petrópolis, Vozes.
- QUIJANO, Aníbal. (2005). "Colonialidade do Saber, eurocentrismo e América Latina." Buenos Aires, Publicações Clacso.
- MARIOSA, Duarcirides Ferreira. (2007). "Florestan Fernandes e a Sociologia como Crítica dos Processos Sociais". Tese de Doutorado, Universidade de Campinas.
- MIGNOLO, Walter. (2007). "*La Idea de América Latina: La Herida Colonial y la opción decolonial*". Barcelona, Gedisa Editorial.
- _____. (2008). "Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial". *Caderno CRH*, 21, 53, 237-250.
- _____. (2010). "*Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*". Argentina, Ediciones del signo.
- MORAES, Amaury. (2011). "Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela Obrigatoriedade". *Caderno Cedes*, 31, 85, 359-382.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2000). "A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência- para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política de transição paradigmática". São Paulo, Cortez.
- _____. (2004). "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências". In: B. S. Santos (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez.
- WALSH, Catherine. (2015). "*Sobre el género y su modo muy outro*". In: A. Acosta (Org), *Alternativas descoloniales al capitalismo colonial*. Buenos Aires, Del Signo.
- _____. (2009). "*Interculturalidad, Estado, Sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época*". Quito, Ediciones Abya Yala.
- _____. (2001). "*La Educación intercultural en la educación*". Peru, *Ministerio de Educación*. (Documento de trabalho técnico).